**D** ceisc

PC PI | DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

# Conteúdo Programático

Está vedada a cópia ou a reprodução não autorizada previamente e por escrito.



CRIADO POR ESPECIALISTAS







#### **CRIMINOLOGIA**

- 1. Criminologia Geral;
- 1.1 Conceito;
- 1.2 Características;
- 1.3 Objeto;
- 1.4. Método;
- 1.5. Finalidade;
- 1.6. Funções;
- 1.7. Classificação da criminologia;
- 2. História da criminologia;
- 3. Métodos, técnicas e testes criminológicos;
- 4. Sociologia criminal;
- 5. Classificação dos criminosos;
- 6. Vitimologia;
- 7. Prevenção criminal;



(1)

Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

- 1 Conceito e fontes do direito administrativo.
- 1.1 Regime jurídico administrativo: princípios do direito administrativo.
- 1.2 Princípios da Administração Pública.
- 2 Administração Pública: organização, descentralização, desconcentração, órgãos públicos.
- 3 Administração indireta e entidades paralelas.
- 4 Atos administrativos.
- 4.1 Conceitos, requisitos, elementos pressupostos e classificação.
- 4.2 Fato e ato administrativo.
- 4.3 Atos administrativos em espécie.
- 4.4 O silêncio no direito administrativo.
- 4.5 Cassação
- 4.6 Revogação e anulação.
- 4.7 Processo administrativo
- 4.8 Fatos da administração pública: atos da administração pública e atos administrativos.
- 4.9 Formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo.
- 4.10 Validade, eficácia e auto executoriedade do ato administrativo.
- 4.11 Atos administrativos simples, complexos e compostos.
- 4.12 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais.
- 4.13 Atos administrativos gerais e individuais.
- 4.14 Atos administrativos vinculados e discricionários.
- 4.15 Mérito do ato administrativo, discricionariedade.
- 4.16 Ato administrativo inexistente.
- 4.17 Teoria das nulidades no direito administrativo.
- 4.18 Atos administrativos nulos e anuláveis.
- 4.19 Vícios do ato administrativo.
- 4.20 Teoria dos motivos determinantes.
- 4.21 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo.
- 5 Poderes da administração pública.
- 5.1 Hierarquia: poder hierárquico e suas manifestações.
- 5.2 Poder disciplinar
- 5.3 Poder de polícia.
- 5.4 Liberdades públicas e poder de polícia.
- 6 Serviços públicos: regulação, concessão, permissão e autorização do serviço público.





#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

- 7 Intervenção do Estado sobre a propriedade privada.
- 7.1Intervenção do Estado no domínio econômico.
- 8 Bens públicos.
- 8.1 Regime jurídico.
- 8.2 Aquisição e alienação de bens públicos.
- 8.3 Formas de utilização dos bens públicos pelos particulares.
- 9 Licitações: modalidades e procedimentos.
- 10 Contratos administrativos.
- 11 Convênios e consórcios administrativos.
- 12 Controle e responsabilização da administração: controle administrativo, controle judicial, controle legislativo.
- 13 Agentes públicos: espécies e classificação.
- 13.1 Cargo, emprego e função públicos.
- 13.2 Formas de provimento e vacância dos cargos públicos.
- 13.3 Responsabilidade civil, penal e administrativa.
- 14 Sistemas administrativos: sistema inglês, sistema francês e sistema adotado no Brasil.
- 15 Administração pública.
- 15.1 Administração Publica em sentido amplo e em sentido estrito.
- 15.2 Administração Publica em sentido objetivo e em sentido subjetivo.
- 16 Regime jurídico- administrativo.
- 16.1 Conceito.
- 16.2 Conteúdo: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade pela Administração dos interesses públicos.
- 16.3 Princípios expressos e implícitos da administração pública.
- 16.4 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 17 Agências reguladoras.





#### **DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL**

- 1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro.
- 2 Pessoa natural.
- 2.1 Conceito.
- 2.2 Início e fim da personalidade.
- 2.3 Personalidade.
- 2.4 Capacidade e incapacidade.
- 2.5 Direitos da personalidade.
- 2.6 Domicílio.
- 2.7 Ausência.
- 3 Pessoa jurídica.
- 3.1 Conceito e elementos caracterizadores.
- 3.2 Constituição.
- 3.3 Extinção.
- 3.3 Domicílio.
- 3.4 Associações.
- 3.5 Fundações.
- 3.6 Desconsideração da personalidade jurídica.
- 4 Bens.
- 4.1 Conceito.
- 4.2. Classificação.
- 5 Fato jurídico.
- 6 Negócio jurídico.
- 6.1 Conceito e classificação.
- 6.2 Elementos.
- 6.3 Representação.
- 6.4 Condição, termo e encargo.
- 6.5 Defeitos do negócio jurídico.
- 6.6 Existência, eficácia e validade do negócio jurídico.
- 6.7 Nulidade absoluta e nulidade relativa.
- 6.8 Simulação.
- 7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos.
- 8 Prescrição e decadência.
- 9 Prova do fato jurídico.





#### **DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL**

- 10 Obrigações.
- 10.1 Elementos
- 10.2 Princípios.
- 10.3 Classificação das obrigações.
- 10.4 Transmissão das obrigações.
- 10.5 Adimplemento e
- extinção das obrigações.
- 10.6 Inadimplemento das obrigações.
- 11 Contratos.
- 11.1 Princípios.
- 11.2 Interpretação.
- 11.3. Vícios redibitórios.
- 11.4. Evicção.
- 11.5 Formação e Extinção.
- 11.6 Espécies de contratos regulados no Código Civil.
- 12. Responsabilidade civil.
- 13 Posse.
- 14 Direitos reais.
- 14.1 Propriedade.
- 14.2 Superfície.
- 14.3 Servidões.
- 14.4 Usufruto.
- 14.5 Uso.
- 14.6 Habitação.
- 14.7 Direito do promitente comprador.
- 15 Direitos reais de garantia.
- 16. Direito Empresarial: autonomia;

fontes; princípios; teoria da empresa.

- 17. Empresário: caracterização, inscrição, requisitos, o exercício da empresa por incapaz.
- 18. EIRELI.
- 19. Sociedades não personificadas.
- 20. Sociedades simples.
- 21. Sociedades em nome coletivo; sociedades em comandita simples; sociedades limitadas; sociedades em comandita por ações; sociedades anônimas.





#### **DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL**

- 22. Transformação, fusão, incorporação e cisão das sociedades.
- 23. Registro empresarial.
- 24. Nome empresarial.
- 25. Escrituração.
- 26. Estabelecimento empresarial.
- 27. Propriedade industrial.
- 28. Títulos de crédito.
- 29. Falência.
- 30. Recuperação judicial e recuperação extrajudicial.
- 31. Sistema Financeiro Nacional.
- 32. Jurisprudência dos tribunais superiores.





#### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

- 1 Evolução histórica do constitucionalismo.
- 2 A Constituição.
- 2.1 Noções fundamentais.
- 2.2 Concepções e teorias.
- 2.3 Tipologia.
- 2.4 Conteúdo e supremacia das normas constitucionais.
- 3 Poder Constituinte.
- 3.1 Conceito e origens.
- 3.2 Titularidade e legitimidade.
- 3.3 Natureza e limites.
- 3.4 Poder Constituinte originário e derivado.
- 3.5 Limitações ao Poder Constituinte derivado.
- 3.5.1 Limites formais e materiais.
- 3.5.2 Limites temporais e circunstanciais.
- 4 Normas constitucionais.
- 4.1 Normas constitucionais de organização, programáticas e definidoras de direitos.
- 4.2 Existência validade, e f i c á c i a e efetividade das normas constitucionais.
- 4.3 Modalidades de eficácia da norma constitucional: direta, interpretativa e negativa.
- 4.4 Interpretação das normas constitucionais.
- 4.5 A técnica da ponderação.
- 5 Princípios Concurso Público para Formação de Cadastro de Reserva de Delegado Polícia Civil de 3ª Classe 2018 constitucionais
- 5.1 Supremacia da Constituição
- 5.2 Presunção de constitucionalidade.
- 5.3 Unidade da Constituição.
- 5.4 Interpretação conforme a Constituição.
- 5.5 Razoabilidade e proporcionalidade.
- 5.6 Efetividade.
- 6.0 Princípio da dignidade da pessoa humana.
- 6.1. O mínimo existencial.
- 6.2. Vedação de retrocesso.
- 7. Direitos e garantias fundamentais.
- 8 Direitos e deveres individuais e coletivos.
- 9 Direitos políticos.





#### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

- 10 Organização do Estado.
- 10.1 Organização politico-administrativa.
- 10.2 Estado federal brasileiro.
- 10.3 A União.
- 10.4 Os Estados federados.
- 10.5 Municípios,
- 10.6 O Distrito Federal.
- 10.7 Territórios.
- 12. Administração pública.
- 12.1 Disposições gerais.
- 12.2 Servidores públicos.
- 13. Organização dos poderes no Estado.
- 13.1 Mecanismos de freios e contrapesos.
- 14. Comissões parlamentares de inquérito.
- 15. Organização e competências.
- 16 Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- 17 Funções essenciais à justiça.
- 17.1 Ministério Público. Princípios, garantias, vedações, organização e competências.

Conselho Nacional do Ministério Publico (CNMP).

- 18 Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais.
- 18.1 Limitações do poder de tributar.
- 18.2 Impostos da União, dos Estados e dos Municípios.
- 18.3 Repartição das receitas tributárias.
- 19. Finanças públicas.
- 19.1 Normas gerais.
- 20. Ordem econômica e financeira.
- 20.1 Princípios gerais da atividade econômica.
- 20.2 Política urbana, agrícola e fundiária e reforma agrária.
- 21 Sistema Financeiro Nacional.
- 22 Jurisprudência dos tribunais superiores.





#### **DIREITO PENAL**

- 1. Fontes do direito penal; princípios aplicáveis ao direito penal.
- 2. Aplicação da lei penal: princípios da legalidade e da anterioridade; a lei penal no tempo e no espaço; tempo e lugar do crime; lei penal excepcional, especial e temporária; territorialidade e extraterritorialidade da lei penal; pena cumprida no estrangeiro; eficácia da sentença estrangeira; contagem de prazo; frações não computáveis da pena; interpretação da lei penal; analogia; irretroatividade da lei penal; conflito aparente de normas penais.
- 3. Do Crime.
- 3.1. Classificação dos crimes; teorias do crime; o fato típico e seus elementos; relação de causalidade; superveniência de causa independente; relevância da omissão; crime consumado e tentado; pena da tentativa; desistência voluntaria e arrependimento eficaz; arrependimento posterior; crime impossível; crime doloso, culposo e preterdoloso; agravação pelo resultado; concurso de crimes; erro sobre elementos do tipo; descriminantes putativas; erro determinado por terceiro; erro sobre a pessoa; erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição); coação irresistível e obediência hierárquica; ilicitude e causas de exclusão; excesso punível; culpabilidade: teorias, elementos e causas de exclusão.
- 4. Da Imputabilidade penal.
- 5. Do concurso de pessoas.
- 6. Das Penas: espécies de penas; cominação das penas; aplicação da pena; suspensão condicional da pena; Livramento condicional; efeitos da condenação; reabilitação; execução das penas em espécie e incidentes de execução.
- 7. Medidas de segurança; execução das medidas de segurança.
- 8. Ação penal.
- 9. Punibilidade e causas de extinção.
- 10. Crimes contra a pessoa.
- 11. Crimes contra o patrimônio.
- 12 Crimes contra a propriedade imaterial.
- 13. Crimes contra a organização do trabalho.
- 14. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.
- 15. Crimes contra a dignidade sexual.
- 16. Crimes contra a família.
- 17. Crimes contra a incolumidade pública.
- 18. Crimes Contra a paz pública.
- 19. Crimes contra a fé pública.
- 20. Crimes contra a administração pública.
- 21. Jurisprudência dos tribunais superiores.





#### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

- 1. Processo Penal Brasileiro. Processo Penal Constitucional.
- 2. Sistemas e Princípios Fundamentais.
- 3. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.
- 3.1. Disposições preliminares do Código de Processo Penal.
- 4. Fase Pré-Processual: Do Inquérito policial.
- 5. Processo, procedimento e relação jurídica processual.
- 5.1. Elementos identificadores da relação processual.
- 5.2 Formas do procedimento.
- 5.3 Princípios gerais e informadores do processo.
- 5.4. Pretensão punitiva.
- 5.5 Tipos de processo penal.
- 6.Ação penal.
- 7. Da Ação civil Ex Delicto.
- 8. Jurisdição e Competência.
- 9. Das questões e processos incidentes.
- 10. Da Prova.
- 11. Sujeitos do Processo.
- 12. Da Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória.
- 12.1 Alterações da Lei Federal nº 12.403/2011.
- 13. Das Citações e intimações.
- 14. Atos Processuais e Atos Judiciais.
- 15. Sentença: coisa julgada, habeas corpus, mandado de segurança em matéria criminal.
- 16. Dos processos em espécie.
- 16.1. Processo comum.
- 16.2 Processos especiais.
- 16.3. Lei n° 8.038/1990 normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF)
- 17. Lei n° 9.099/1995 e Lei n° 10.259/2001 e suas alterações (juizados especiais cíveis e criminais).
- 17.1. Termo circunstanciado de ocorrência.
- 17.1.1. Atos processuais.
- 17.1.2. Forma, lugar e tempo.
- 18 Prazos.
- 18.1 Características, princípios e contagem.





#### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

- 19. Das Nulidades.
- 20. Recursos em geral.
- 21. Habeas corpus e seu processo.
- 22. Normas processuais da Lei n°7.210/1984 e suas alterações (execução penal).
- 23. Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira.
- 24. Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processo penal.
- 25. Lei n°12.830/2013 (investigação criminal).
- 26. Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal.
- 27. Jurisprudência dos Tribunais Superiores.





# **DIREITO TRIBUTÁRIO**

- 1 Sistema Tributário Nacional.
- 2 Tributo.
- 2.1 Conceito.
- 2.2 Natureza jurídica.
- 2.3 Espécies.
- 2.4 Imposto.
- 2.5 Taxa.
- 2.6 Contribuição de melhoria.
- 2.7 Empréstimo compulsório.
- 2.8 Contribuições sociais.
- 3 Competência tributária.
- 3.1 Classificação.
- 3.2 Exercício da competência tributária.
- 3.3 Capacidade tributária ativa.
- 3.4 Imunidade tributária.
- 3.5 Distinção entre imunidade, isenção e não incidência.
- 4 Fontes do direito tributário.
- 5 Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária.
- 6 Obrigação tributária.
- 6.1 Obrigação principal e acessória.
- 6.2 Fato gerador.
- 6.3 Sujeito ativo.
- 6.4 Sujeito passivo.
- 6.5 Solidariedade.
- 6.6 Capacidade tributária.
- 6.7 Domicílio tributário.
- 6.8 Responsabilidade tributária.
- 6.9 Responsabilidade dos sucessores.
- 6.10 Responsabilidade de terceiros.
- 6.11 Responsabilidade por infrações.
- 7 Crédito tributário.
- 7.1 Constituição de crédito tributário.
- 7.2 Lançamento.





# **DIREITO TRIBUTÁRIO**

- 7.3 Modalidades de lançamento.
- 7.4 Suspensão do crédito tributário.
- 7.5 Extinção do crédito tributário.
- 7.6 Exclusão do crédito tributário.
- 7.7 Garantias e privilégios do crédito tributário.
- 8 Administração tributária.
- 8.1 Fiscalização.
- 8.2 Dívida ativa.
- 8.3 Certidões negativas
- 9 Impostos da União.
- 10 Impostos dos Estados e do Distrito Federal.
- 11 Impostos dos municípios.
- 12 Processo administrativo tributário.
- 13 Processo judicial tributário.
- 14 Ilícito tributário.
- 14.1 Ilícito administrativo tributário.
- 14.2 Ilícito penal tributário.
- 14.3 Crimes contra a ordem tributária.
- 15 Jurisprudência dos tribunais superiores.





#### **DIREITOS HUMANOS**

- 1 Origem, essência e finalidade dos direitos humanos.
- 2 A constitucionalização dos direitos humanos.
- 2.1 A Constituição da República Federativa do Brasil.
- 2.1.1 Os princípios constitucionais que regem o Brasil nas relações internacionais.
- 2.1.2 Os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos.
- 2.1.3 A hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos.
- 2.1.4 A internalização dos tratados internacionais de direitos humanos.
- 3 A proteção internacional dos direitos humanos.
- 3.1 A Declaração Universal dos Direitos do Homem.
- 3.2 O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
- 3.3 O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.
- 3.4 A Convenção Interamericana de Direitos Humanos.
- 3.4.1 A Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- 3.4.2 A Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- 3.4.3 O acesso ao sistema interamericano.
- 4 A proteção a minorias e demais grupos vulneráveis.
- 4.1 A proteção a mulher, a criança e ao idoso.
- 4.1.2 A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.
- 4.1.3 O Protocolo Adicional a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativa a Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.
- 4.1.4 O Estatuto da Criança e do Adolescente.
- 4.1.5 O Estatuto do Idoso.
- 4.2 0 combate ao racismo.
- 4.2.1 A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.
- 4.2.2 O Estatuto da Igualdade Racial.
- 4.3 o índio.
- 4.4 Os quilombolas e as demais comunidades tradicionais.
- 4.5 A proteção ao deficiente.
- 4.5.1 A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- 4.6 A liberdade de credo.
- 4.7 A liberdade sexual e a transexualidade.
- 4.8 0 refugio.
- 4.8.1 A Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados.
- 4.9 0 direito ao asilo



(1)

Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

# LEGISLAÇÃO ESPECIAL E SUAS ALTERAÇÕES

- 1.Convenção americana sobre direitos humanos (Pacto de São Jose e Decreto nº 678/1992).
- 2 Decreto-lei nº 3.688/1941(Contravenção Penal).
- 3 Decreto-Lei n" 201/1967 (Responsabilidade de prefeitos e vereadores).
- 4 Lei nº 1.52111951 (Crimes contra a economia popular).
- 5 Lei nº 2.889/1956 (Genocídio).
- 6 Lei nº 4.737/1965 e suas alterações (Código Eleitoral).
- 7 Lei nº 4.898/1965 (abuso de autoridade).
- 8 Lei nº 5.553/1968 (Dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal).
- 9 Lei n° 6.00111973 (Estatuto do índio).
- 10 Lei nº 6.766/1979 (Lei sobre o parcelamento do solo urbano e da outras providencias).
- 11 Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (Lei de Execução Penal e suas alterações).
- 12 Lei nº 7.492/1986 (Crimes contra o sistema financeiro nacional)
- 13 Lei nº 7.716/1989 e suas alterações (crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor).
- 14 Lei nº 7.960/1989 (Prisão temporária).
- 15 Lei n" 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
- 16 Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (Crimes hediondos).
- 17 Lei nº 8.078/1990 e suas alterações (Código de Proteção e Defesa do Consumidor).
- 18 Lei nº 8.137/1990 (Crimes contra a Ordem Tributária).
- 19 Lei nº 8.176/1991 (Crimes contra a ordem econômica e sistema de combustível).
- 20 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Enriquecimento ilícito de agentes públicos).
- 21 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações (Lei de licitações)
- 22 Lei nº 8.906/1994 e suas alterações (Estatuto da OAB).
- 23 Lei nº 9.029/1995 (Atestado de gravidez e outras práticas discriminatórias).
- 24 Lei nº 9.099/1995 e suas alterações (Juizados Especiais Cíveis e Criminais).
- 25 Lei nº 9.279/1996 (Título V Dos crimes contra a propriedade industrial).
- 26 Lei nº 9.296/1996 (Interceptação das comunicações telefônicas).
- 27 Lei nº 9.434/1997 (Remoção de órgãos).
- 28 Lei n° 9.455/1997 (Crimes de tortura).
- 29 Lei nº 9.503/1997 e suas alterações (Crimes de trânsito).
- 30 Lei nº 9.605/1998 e suas alterações (Crimes contra 0 meio ambiente).
- 31Lei nº 9.609/1998 (Propriedade intelectual e programa de computador).
- 32 Lei nº 9.610/1998 (Direitos autorais).



(1)

Aqui você encontra todos os conteúdos disponibilizados em seu curso

# LEGISLAÇÃO ESPECIAL E SUAS ALTERAÇÕES

33 Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro).

34 Lei nº 9.807/1999 (Programa de proteção a vítimas e testemunhas ).

35 Lei n" 10.446/2002 (Infrações penais de repercussão interestadual).

36 Lei n° 10.671/2003 (Estatuto do torcedor).

37 Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003).

38 Lei nº 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do Desarmamento).

39 Lei n" 11.101/2005 (Recuperação judicial e falência).

40 Lei nº 11.105/2005 (Organismos geneticamente modificados).

41 Lei nº 11.340/2006 (Lei de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher).

42 Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas).

43 Lei Federal nº 12.015/2009 (Corrupção de Menores).

44 Lei nº 12.016/2009. (Mandado de segurança individual e coletivo).

45 Lei nº 12.037/2009 (Identificação criminal).

46 Lei nº 12.288/2010 (Igualdade racial).

47 Lei n° 12.694/2012 e Lei n° 12.850/2013 e suas alterações (Crime organizado).

48 Lei nº 12.737/2012 (Lei de delitos informáticos).

49 Lei nº 12.830/2013 (Investigação criminal).

50 Lei nº 12.846/2013 (Responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas).

51 Lei nº 13.146/2015 (Crimes previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência).





# LEGISLAÇÃO ESTADUAL

- 1. Constituição do Estado do Piauí.
- 2. Lei Complementar Estadual nº 13, de 03 de janeiro de 1994 Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí.
- 3. Lei Complementar Estadual nº 37, de 09 de marco de 2004 Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piaui.





### LÍNGUA PORTUGUESA

- 1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- 2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
- 3. Domínio da ortografia oficial.
- 4. Domínio dos mecanismos de coesão textual.
- 4.1 Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.
- 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
- 5. Domínio da estrutura morfossintática do período.
- 5.1 Emprego das classes de palavras.
- 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
- 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
- 5.4 Emprego dos sinais de pontuação.
- 5.5 Concordância verbal e nominal.
- 5.6 Regência verbal e nominal.
- 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.
- 5.8 Colocação dos pronomes átomos.
- 6. Reescrita de frases e parágrafos do texto.
- 6.1Significação das palavras.
- 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.
- 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
- 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.





#### **MEDICINA LEGAL**

- 1. Conceito, importância e divisões da medicina legal.
- 2. Perícias médico-legais.
- 2.1. Conceito.
- 2.2. Peritos.
- 2.3. Realização da perícia.
- 2.4. Quesitos oficiais.
- 2.5. Documentos médico-judiciários
- 3. Antropologia forense.
- 3.1. Identidade e identificação.
- 3.2. Identidade médico-legal.
- 3.3. Identidade policial ou judiciária.
- 3.4. Principais métodos de identificação.
- 4. Traumatologia forense.
- 4.1. Conceito.
- 4.2. Lesões corporais.
- 4.3. Lesões corporais seguida de morte.
- 4.4. Causalidade médico-legal do dano: energias de ordem mecânica, física, química, físico-química, bioquímica, biodinâmica e mista.
- 4.5. Perícias médico-legais nas lesões corporais.
- 5. Tanatologia forense.
- 6. Psicologia Forense.
- 7. Psiquiatria Forense.
- 8. Toxicologia Forense.
- 9. Balística Forense.
- 10. Sexologia Forense.
- 11. Exame de local de crime.
- 12. Aspectos médico-legais dos crimes contra a liberdade sexual.



# Feito por especialistas

Nossos professores são referência no mundo jurídico e especializados em suas respectivas áreas.









